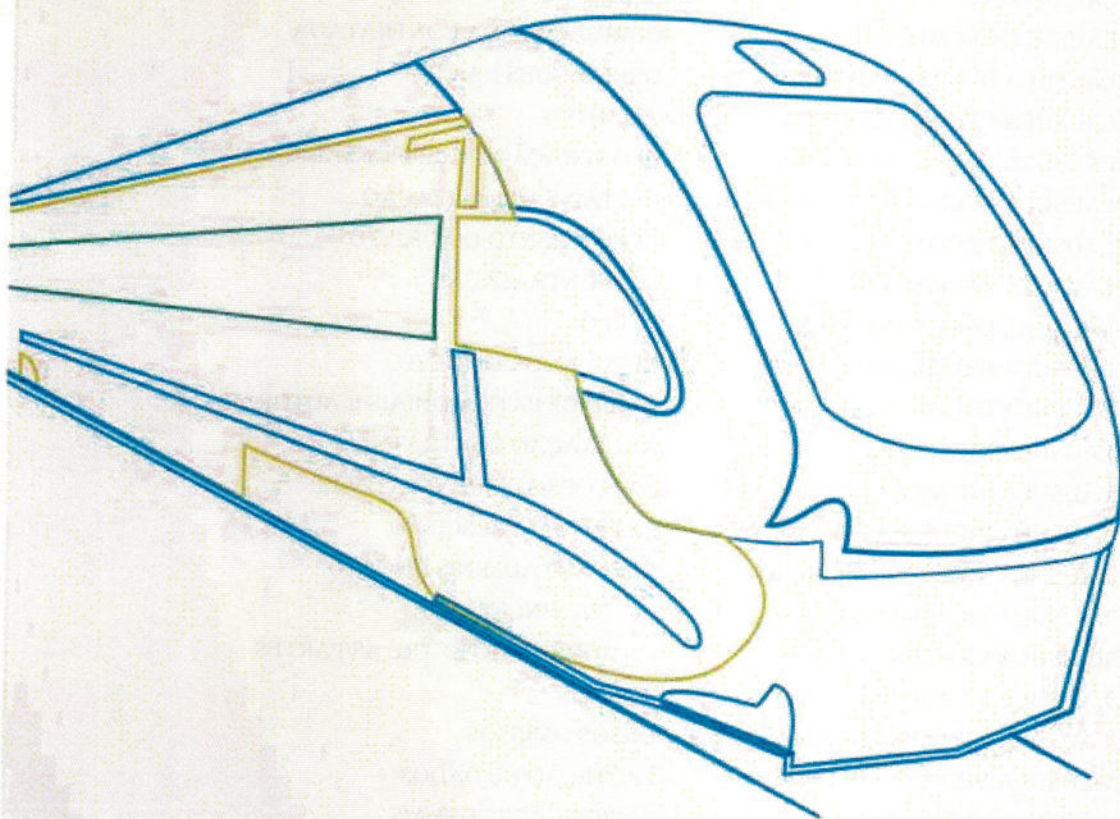


CONTRATO Nº 026/2024/DA

CBTU
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS
URBANOS

&
VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- CONTA VINCULADA
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- PUBLICIDADE
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	- FORO



Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA** - na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço Setor Bancário Norte – SBN – Quadra 1, Bloco B, Lote 14, Prédio da CNC – 9º ao 13º andar, Asa Norte, CEP: 70.041-902, Brasília/DF, nesta cidade, doravante denominada **CBTU**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] emitida pela **SSP/PE**, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e por sua Diretora de Administração e Finanças **ADRIANA FONSECA LINS**, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo **CREA/RJ**, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] e a empresa **VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.376.891/0001-07**, com sede na Rua Pedro Paiva nº 18 São Cristóvão, CEP: 20.910-160, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada por **MARCO ANTÔNIO PEREIRA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED], expedida pelo **CREA/RJ**, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], vem celebrar o presente termo de contrato, em decorrência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013-2024-GALIC/P**, Processo Administrativo **PROT nº 5056/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação **Manutenção preventiva e corretiva de 4 (quatro) elevadores do Edifício Engenheiro Renato de Azevedo Feio, prédio da antiga sede da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens**



Urbanos, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVICOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.1.1. O contrato poderá ser rescindido antes do término do prazo de vigência previsto, caso a **CBTU** conclua o processo de mudança para o novo prédio, tornando desnecessária a prestação dos serviços objeto deste contrato, conforme consta no item 16.1 do Termo de Referência.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação; e

3.2.5. O valor global da contratação não supere os limites previstos nos incisos I e II, do art. 204, do RILC/CBTU.

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS



- 4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.
- 4.2. Será emitida uma Ordem de Serviço para cada exercício fiscal.
- 4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.
- 4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.
- 4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.
- 4.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.
- 4.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.
- 4.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

- 5.1. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global estimado de **R\$ 98.984,76 (noventa e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos)**, conforme proposta da contratada, que será pago de acordo com os serviços executados, o montante previsto corresponde ao valor anual dos serviços serem executados, que foi autorizado pelo valor de R\$ 62.984,76 (sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).
- 5.1.2 O presente Contrato será acrescido do valor de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, a título de reserva financeira anual, para aquisição de peças e componentes a serem utilizados na manutenção dos elevadores, objeto deste Contrato, conforme item 10.3 do Termo de Referência, no qual somado ao valor dos serviços ter-se-á o total estimado de **R\$ 98.984,76 (noventa e oito mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos)**.

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da **CONTRATADA**.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia da apresentação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da **CBTU**, situado no SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP: 7041-902 – Brasília/DF, desde que haja certificação pela gestão/fiscalização do contrato, observadas as demais condições previstas neste contrato.

6.2. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

6.2.1. Nota fiscal/fatura, que deverá ser submetida à atestação pela gestão/fiscalização do contrato;

6.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

6.2.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.

6.3. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

6.4. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.4.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.5. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.



6.6. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.7. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.8. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 6.6 e 6.7 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2024**, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 15.122.0032.2000.0001;

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039 / 339030;

7.1.3. Plano Interno: DIF00001 /46200008POI /46200043POI;

7.1.4. Categoria Econômica: CUSTEIO;

7.1.5. Nota de Empenho: **2024NE2299, 2024NE2300 e 2024NE2641**, data 23/10/2024 e 27/11/2024;

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REPACTUAÇÃO

8.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela **CONTRATADA** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no item que se seguirá, o valor consignado neste contrato será repactuado, competindo à **CONTRATADA** justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da **CBTU**, com base no Decreto nº 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

8.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas



diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

8.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

8.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

8.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

8.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data de apresentação da proposta final adjudicada na licitação da qual se originou este contrato.

8.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

8.4.1. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

8.5. O prazo para a **CONTRATADA** solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

8.6. Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

8.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

8.7.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

8.7.2. Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

8.7.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da proposta final adjudicada, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

8.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à **CBTU** ou à **CONTRATADA** proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

8.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

8.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

8.11. A **CBTU** não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

8.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a **CONTRATADA** efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

8.13. Quando o reajuste se referir aos demais custos (insumos/materiais), a **CONTRATADA** demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos com base em índice oficial, mediante a aplicação da variação média do índice IPCA/IBGE adotando-se a seguinte fórmula.

$$PrP+(PxV)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual(antes do reajuste);

V= variação percentual obtida na formado item 1 desta cláusula, de modo que (PxV) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste;

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**.



8.14. A **CBTU** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

8.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

8.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

8.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

8.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

8.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

8.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CBTU** para a comprovação da variação dos custos.

8.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;



9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e para com o FGTS de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.



- 9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).
- 9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.
- 9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 9.12. Será considerada extinta a garantia:
- 9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATADA**;
- 9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CONTRATADA** não comunique a ocorrência de sinistros.
- 9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CONTRATADA** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 9.13. A **CONTRATADA** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 9.13.1. Caso fortuito ou força maior;
- 9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
- 9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CONTRATADA**;
- 9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CONTRATADA**
- 9.14. Caberá a própria **CONTRATADA** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.
- 9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.



10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à **CBTU**, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da **CBTU**, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade.

10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à **CBTU**.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da **CBTU**, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da **CONTRATADA** perante a **CBTU**, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.



10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. Apresentar notas fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os produtos utilizados mensalmente, acompanhada de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos, dentre outros.

10.1.22. Realizar a manutenção dos equipamentos e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

10.1.23. Substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação pela gestão e/ou pela fiscalização do contrato, os equipamentos quando apresentarem defeitos ou rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, devendo submeter os novos equipamentos à avaliação formal da CBTU.

10.1.24. Não retirar equipamentos das dependências da CBTU, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por equipamento similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da CBTU.

10.1.25. Fornecer o material de consumo discriminado nas Planilhas de Quantidades e Orçamento de Materiais do edital da licitação, ficando facultada à CBTU a aquisição direta dos materiais reiteradamente solicitados e não entregues, cuja falta possa comprometer a higienização, a manutenção e os serviços na sede da CBTU, bem como a efetuação de glosa correspondente ao valor despendido com os materiais faltantes, na fatura do mês em que o fato ocorrer, sem prejuízo de aplicação de penalidade prevista neste contrato.

10.1.26. Não proceder à retirada dos materiais de consumo e utensílios colocados à disposição da CBTU, exceto em caso de não atenderem às especificações objeto deste contrato.

10.1.27. Usar o material constante no termo de referência e outros produtos necessários, que estejam aprovados pelos órgãos governamentais competentes, todos de primeira qualidade, com embalagens originais de fábrica ou de comercialização, que não causem danos a pessoas ou a revestimentos, pisos, instalações elétricas ou hidráulicas, redes de computação, água e esgoto e às demais instalações existentes na CBTU.

10.1.28. Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela gestão e pela fiscalização e sua remessa cessará tão logo normalize a causa impeditiva.



10.1.29. Apresentar, quando solicitado, as notas fiscais dos materiais utilizados na execução dos serviços, discriminando marca, quantidade unitária e total (volume, peso, dentre outros);

10.1.30. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CBTU**, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

10.2.2. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.2.2.1. Na hipótese de subcontratação de serviços, a **CONTRATADA** deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

10.2.3. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;



11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a **CONTRATADA**, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da **CONTRATADA** aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à **CONTRATADA** as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à **CONTRATADA**, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.



12.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

14.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução dos serviços e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no edital de licitação, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU e a Resolução do Diretor de Administração e Finanças nº 031-09, de 20 de fevereiro de 2009, ou outra que venha a substituí-la.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, após verificação da sua perfeita execução, da seguinte forma:

15.1.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

15.1.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato ou comissão especialmente designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este que será de, no máximo, 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

15.2. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

15.2.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

15.3. O objeto não será recebido se executado em desacordo com o contrato, o termo de referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.

15.5. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela CBTU, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.



16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS



19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.

21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

21.3.1. Advertência;

21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;



21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.



21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato. 23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CONTA VINCULADA



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 24.1 A **CBTU** depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 18, c/c as regras constantes do anexo XII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:
- 24.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º os salários, quando devidos;
- 24.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- 24.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13os salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato; e
- 24.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 24.2. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada, aberta em nome da **CONTRATADA**, junto à instituição bancária, bloqueada para movimentação.
- 24.3. A movimentação da conta vinculada se dará mediante autorização expressa pela **CBTU**, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.
- 24.4. A **CONTRATADA** poderá solicitar à autorização da **CBTU** para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.
- 24.5. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- 24.6. A **CBTU** expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.
- 24.7. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU**, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.



24.8. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à **CONTRATADA**, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

25.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

25.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;**

25.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP: 7041-902 – Brasília/DF.

25.1.1.2. Correio Eletrônico: felix@cbtu.gov.br / lwtu@cbtu.gov.br

25.1.1.3. Telefone: **(21) 99741-9045;**

25.1.2. Empresa: **VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA – EPP;**

25.1.2.1. Endereço: Rua Pedro Paiva nº 18 São Cristóvão, CEP: 20.910-160 ;

25.1.2.2. Correio Eletrônico: filipe.quintanilha@villarelevadores.com.br / comercial@villarelevadores.com.br

25.1.2.3. Telefone: **(21) 3895-3440;**

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – ANEXOS

26.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

26.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

26.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços da **CONTRATADA**, datada de 27/09/2024;

26.1.3. Dispensa de Licitação nº 013-2024-GALIC/P; e

26.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

26.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS



27.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PROTEÇÃO DE DADOS

28.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

28.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

28.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

28.3.1.1 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

28.3.1.2 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

28.3.1.3 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

28.4 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de



poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

29.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

30. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PUBLICAÇÃO

30.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

30.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FORO

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

30.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último



CBTU
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Administração Central

caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, de de 2024.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU
- Contratante -

[Redacted Signature]

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

[Redacted Signature]

Adriana Fonseca Lins
-Diretora de Administração e Finanças -

VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA
-Contratada-

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCO ANTONIO PEREIRA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Marco Antônio Pereira
-Representante Legal -

Testemunhas:



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO FELIX DA SILVA
Data: 17/12/2024 16:01:12-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

1 - _____
CPF: _____

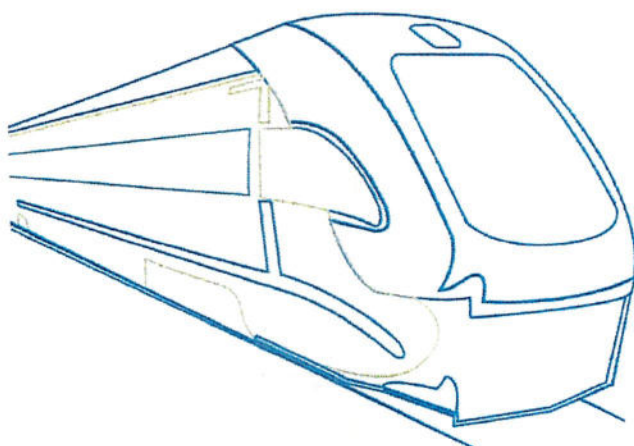


Documento assinado digitalmente
LUIS CLAUDIO FELIX
Data: 19/12/2024 15:11:07-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

2 - _____
CPF: _____

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013-2024/GALIC/AC
CONTRATO Nº 026/2024 – PROT 5056/2024

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 04 elevadores, visando a utilização pelos empregados da antiga sede da CBTU **mantidos por força de medida liminar judicial.**

1. OBJETO

Contrato de serviço de manutenção preventiva e corretiva referente a 04 (quatro) elevadores da marca Atlas Schindler com fornecimento de materiais, peças, componentes e acessórios nas dependências do Edifício Engenheiro Renato de Azevedo Feio, onde está instalada a antiga sede administrativa da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, visando a utilização pelos empregados **mantidos por força de medida liminar judicial**.

2. JUSTIFICATIVA

Esta contratação tem por finalidade a conservação e o reparo dos equipamentos, na referida localização, pois visa resolver problemas de acessibilidade de nossos funcionários, principalmente idosos e deficientes, com referência a Lei 10.098, de 19/12/2000, onde estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção de acessibilidade. Os elevadores contam com aproximadamente 56 anos de fabricação, e devido ao tempo de uso, apresentam um histórico de paralizações decorrentes de defeitos de vários tipos. Com vistas a manter o equipamento, objeto da contratação sempre em funcionamento, a Companhia tem como objetivo promover segurança a todos os usuários bem como a otimização em nível estrutural e funcional do edifício, com influência no desempenho e produtividade das atividades dos empregados. A contratação torna-se imprescindível visto que não temos em nosso quadro funcional, profissional qualificado para realizar a manutenção, justifica-se ainda, pelo fato da empresa especializadas no serviço, além de contar com profissional qualificado, terá facilidade na obtenção de peças e acessórios originais e adequados à manutenção com mais rapidez e eficácia.

O presente Termo de Referência - TR estabelece os requisitos mínimos adequados a serem observados e os parâmetros e diretrizes a serem adotadas por empresa CONTRATADA para prestação, de forma contínua, dos serviços de Manutenção preventiva, preditiva e corretiva, assistência técnica, inclusive acionamentos emergenciais e serviços de substituição de peças, para os subsistemas de elevadores, de modo a oferecer nível adequado de desempenho em **04 (quatro)** elevadores de fabricação ATLAS Schindler, atendendo às necessidades da CONTRATANTE, e ainda orienta, descreve e disciplina todos os procedimentos e critérios que deverão estabelecer o relacionamento técnico entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão realizados em 04 (quatro) elevadores fabricados e instalados pela Elevadores Atlas Schindler S/A, ambas com as características conforme a seguir:

2 Elevadores – (lado principal)

Capacidade	13 pessoas ou 910 Kg.
Velocidade	120 metros por minutos
Portas	Automáticas de aberturas central
Comando	MARK 4
Nº de paradas	11
Controle	_____
Tensão	Trifásica: 220 (duzentos e vinte)
Frequência	_____
Potência do Motor	20 CV
Ano de Fabricação	1967

2 Elevadores – (lado social)

Capacidade	13 pessoas ou 910 Kg.
Velocidade	105 metros por minutos
Portas	Automáticas de aberturas central
Comando	ACBBCC
Nº de paradas	13
Controle	_____
Tensão	Trifásica: 220 (duzentos e vinte)
Frequência	_____
Potência do Motor	25 CV
Ano de Fabricação	1967

4. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1 O serviço será executado no local onde se encontra instalado os equipamentos cito a Praça Procópio Ferreira nº 86 - Centro/RJ – CEP: 20.221-901.

5. DO SERVIÇO PROPRIAMENTE DITO

5.1 Todas as atividades da CONTRATADA na instalação da antiga sede da CBTU, mesmo em casos de necessidade de apoio de equipe técnica, deverão ser justificada e procedem-se da apresentação junto a fiscalização do contrato para a autorização da execução das atividades, com exceção do mecânico que estará em regime de dedicação exclusiva de mão de obra durante o horário de trabalho da CBTU, compreendido entre 08:00 às 17:30 horas de segunda a sexta feira.

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

5.2. A manutenção preventiva/corretiva deverá ser realizada durante o horário de trabalho da CONTRATANTE, compreendido entre 08:00 às 17:30 horas de segunda a sexta feira com exceção da corretiva que poderá ocorrer fora do expediente devido a complexidade do serviço, sem acarretar qualquer ônus para CBTU, com acompanhamento da Fiscalização.

5.3 A contratada deverá realizar mensalmente os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos durante a execução do contrato, em data e hora previamente definidas no cronograma de manutenção, elaborado pela empresa contratada e aprovado pela CBTU, para acompanhamento da fiscalização. Procedendo a limpeza, lubrificação, regulagem, testes operacionais e inspeções nos equipamentos, poço, pavimentos e caixas. Devendo ser previamente enviado a CONTRATANTE o plano de manutenção dos equipamentos para programação da fiscalização.

5.4. Realizar testes de segurança, baseados na Legislação em vigor, Normas de Segurança e procedimentos da CONTRATADA.

5.5 A empresa prestadora dos serviços deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.

5.6 Não acarretará qualquer ônus à CONTRATANTE a substituição de peças necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos, efetuadas durante as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, salvo nos casos de vandalismo, casos fortuitos e de força maior, devendo a CONTRATADA emitir uma relação contendo todas as peças e componentes que forem substituídos para o devido controle da CONTRATANTE.

OBS.: Providenciar a adequação tecnológica e substituições de peças similares de primeira linha conforme orientação do fabricante em caso de descontinuidade de produção de determinados componentes, obedecendo à legislação vigente, no sentido de manter em linha de produção todos os componentes por um período de 10 anos após a instalação dos equipamentos.

Parágrafo Único: Classificam-se como exemplos de casos fortuitos e força maior inundações, variações absurdas de alimentação elétrica nos equipamentos, incidência de água nos equipamentos e ocorrências de fenômenos da Natureza que provoquem danos aos equipamentos.

6. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PRESTADOS PELA CONTRATANTE

6.1 Manutenção: Combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em um estado no qual possa desempenhar uma função requerida. A manutenção pode incluir uma modificação de um item.

6.2 Manutenção Preventiva: Ações desenvolvidas em um item com programação antecipada e efetuada dentro de uma periodicidade ou de acordo com critérios prescritos, é focada na segurança das pessoas e no perfeito funcionamento dos equipamentos, destinados a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do equipamento.

6.3 Manutenção Corretiva: Ações desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, recolocando um sistema, subsistema, equipamento ou área em condições de executar uma função requerida após a ocorrência de pane, defeito ou falha, restabelecendo o seu funcionamento no menor tempo de atendimento aceitável no mercado.

6.4 Manutenção Corretiva Programada: Ações desenvolvidas após a ocorrência de uma pane, destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida com prazo de duração e data previamente definidos.

6.5 Suporte e Avaliação de Manutenção:

6.5.1 Planejamento da Manutenção: É um conjunto de procedimentos desenvolvidos para possibilitar análises e tomadas de decisões para a realização das atividades técnicas da manutenção.

6.5.2 Plano de Manutenção: Documento que contém o conjunto de atividades necessárias para a manutenção de um item, peça, componente ou equipamento, conforme estabelecido pelo Planejamento da Manutenção.

6.5.3 Programa de Manutenção: Documento que especifica "quem" executará, "quando" e "onde" serão realizadas as atividades contidas no Plano de Manutenção.

6.5.4 Relatório Mensal de Manutenção: É o instrumento de apresentação dos resultados alcançados na execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva desenvolvidos pela CONTRATADA.

7. CONTROLE DOS SERVIÇOS

7.1 Visando garantir o controle e a rastreabilidade dos serviços executado, deverão ser observados os procedimentos abaixo:

a) Todos os serviços referentes às manutenções preventivas executadas deverão ter uma Ordem de Serviço numerada, sequencialmente, abertas pela CONTRATADA e entregue a fiscalização do contrato.

b) As ordens de serviços, referentes às manutenções corretivas, serão entregues a fiscalização do contrato. Nesta deve ter as informações necessárias referente os serviços e substituições de peças para efeito de controle. A Ordem de Serviço preenchida e assinada pela fiscalização do contrato, posteriormente a CONTRATADA deverá enviar o relatório mensal da CONTRATADA e proposta de aquisição de peças para autorização.

8. DO PLANO DE MANUTENÇÃO

8.1 A Contratada deverá elaborar um Plano de Manutenção para Execução de Trabalho (provisório), assinado por Engenheiro responsável e apresentá-lo à CONTRATANTE até 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem Inicial de Serviço, o qual deverá estar compatível com os horários operacionais, 08:00 às 17:30h de segunda a sexta feira, no que se refere à execução dos serviços de Manutenção Programada (Preventiva/Corretiva).

8.2 No caso de inviabilidade de execução dos serviços apresentados no plano de manutenção no horário operacional (08:00 as 17:30) de segunda a sexta feira, ou em caso de serviços cuja complexidade exija apoio, a Contratada justificará junto a fiscalização do contrato para autorização e disponibilizará (equipe técnica) para executá-lo fora do expediente, observando a regra constante no item 11.3. definitivo deverá ser apresentado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da Ordem Inicial de Serviço.

8.3 No Plano de Manutenção definitivo deverá ser assinado por Engenheiro responsável e apresentado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a emissão da Ordem de Inicial de Serviço.

8.4 No Plano de Manutenção provisório e definitivo deverão constar todos os requisitos mínimos necessários à realização das atividades de manutenção, em conformidade com o presente Termo de Referência.

8.5 O Plano de Manutenção Definitivo poderá ser alterado a qualquer momento, no todo ou em parte, desde que justificada a necessidade, pela CONTRATADA e/ou pela CONTRATANTE, sendo imprescindível o entendimento entre as partes, considerando-se sempre a melhoria contínua dos serviços, visando o aumento da confiabilidade e da otimização da manutenção.

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

NOTA: DAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO

A CONTRATADA deverá realizar os serviços preventivos e preditivos de manutenção nos equipamentos descritos no presente Termo de Referência, atendendo, no mínimo, ao descrito nas instruções de trabalho de manutenção descritas a seguir.

EDIFÍCIO ENGENHEIRO RENATO DE AZEVEDO FEIO - ROTINA MÍNIMA DE MANUTENÇÃO			
SISTEMA: TRANSPORTE DE PESSOAS - SUBSISTEMA/EQUIPAMENTO: ELEVADOR			
LOCAL	TAREFA		DESCRIÇÃO
CABINA	CABINA	CHECAR	NIVELAMENTO-ACELERAÇÃO-RETARDAMENTO
		VERIFICAR	INTERCOMUNICADOR-ALARME-VENTILADOR-ILUMINAÇÃO - PISO
		CHECAR	SINALIZAÇÃO
		VERIFICAR	RAMPA-COXINS-POLIAS
	PORTA PAVIM.	TESTAR	CARRETIHAS-GARFOS-PERFIL TRINCO
		VERIFICAR	BARRAS DE PORTAS
CASA DAS MÁQUINAS	CASA DAS MÁQUINAS	LIMPEZA	GERAL-PISO-EQUIPAMENTO
		VERIFICAR	JANELAS-ILUMINAÇÃO-EXTINTOR
		LIMPEZA	
	PAINEL	CHECAR	CONTADORES-RELÉS-DISJUNTORES
		TESTAR	SISTEMA DE EMERGÊNCIA
		TESTAR	LIMITES-ATUAÇÃO (SUPERIORES/INFERIORES)
		INSPEÇÃO	RELÉS DE SEGURANÇA
		INSPEÇÃO	CONTATOS-LÂMINAS
	LIMITADOR DE VELOCIDADE	LIMPEZA	
		LUBRIFICAÇÃO	
		TESTAR	CONTATOS
	MÁQ. DE TRAÇÃO MOTOR	CHECAR	NÍVEL DE ÓLEO-VAZAMENTO
		LIMPEZA	CANAL DAS POLIAS-TRAÇÃO DE DESVIO
	CENTRALINA TROC CALOR	VERIFICAR	COLETOR-FAISCAMENTO-DESGASTE
	FREIO DA MÁQ. DE TRAÇÃO	VERIFICAR	LIVRE MOVIMENTAÇÃO
		VERIFICAR	SAPATA-LONA-TAMBOR-PINO-DISCO-PRESSÃO DA MOLA
	BOTOEIRA	TESTAR	BOTOEIRA DE MANOPLA

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

CAIXA	SOBRE A CABINA	LIMPEZA	GERAL-TETO DA CABINA-CONTRAPESO
		LIMPEZA	CANAIS DE POLIA-CABINA-CONTRAPESO
		CHECAR	SENSORES DO POÇO
		CHECAR	EQUALIZAÇÃO DOS CABOS DE TRAÇÃO
		VERIFICAR	LIMITES
		LUBRIFICAÇÃO	GUIAS DA CABINA-GUIAS DE CONTRAPESO –POLIAS
	OPERADOR DE PORTA	LIMPEZA	GERAL
		LUBRIFICAÇÃO	ROLDANAS-ARTICULAÇÕES
		CHECAR	MOVIMENTAÇÃO-RECOLHIMENTO-RAMPA –RAMPA RETRATIL-ARRASTE
		VERIFICAR	ALINHAMENTO-FACEAMENTO LIVRE MOVIMENTAÇÃO-FOLHA DE PORTA
		VERIFICAR	CORREIA-CORRENTE-CABINHO DE AÇO- ROLDANA-EXCÊNTRICO-CORREDIÇA
	PORTA DE PAVIMENTO	TESTAR	TRINCO-FECHO
		VERIFICAR	CARRETILHAS-GARFOS-PERFIL
		CHECAR	DESGASTE-QUEBRA-CABOS-CORDÃO DE NYLON-CORDOALHA-GANCHO DA PORTA
POÇO	POÇO	TESTAR	CHAVE DE PROTEÇÃO
		VERIFICAR	PARA CHOQUE-INTEGRIDADE, NÍVEL DE ÓLEO-VAZAMENTOS
		LIMPEZA	GERAL

9. OS RELATÓRIOS DE MANUTENÇÃO: INICIAL / FINAL e MENSAL NA VIGÊNCIA DO CONTRATO e PLANILHA MENSAL DE MANUTENÇÃO:

9.1 A CONTRATADA deverá apresentar o **Relatório Inicial**, com prazo de até 60 (sessenta dias) após a emissão da Ordem Inicial de Serviço, contendo:

- Plano de manutenção atualizado;
- Estado geral de conservação dos equipamentos atendidos pelo Contrato;

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

9.2 Conforme indicação da Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar a atualização do relatório inicial, 60 (sessenta) dias antes do término do Contrato, devidamente protocolados junto à Fiscalização.

9.2.1 O controle dos serviços objeto deste Termo de Referência será feito pela Fiscalização por meio da análise dos relatórios mensais da CONTRATADA.

9.3 Relatório Mensal de Manutenção

9.3.1 A CONTRATADA deverá apresentar uma vez por mês ou sempre que for necessário, na data acertada com a Fiscalização, um relatório das atividades realizadas do primeiro ao último dia do mês de referência, devidamente protocolado junto à Fiscalização para aprovação, contendo:

- a) Relação dos serviços de manutenção, sejam elas, preventiva ou corretiva, que foram programados/concluídos durante o mês obedecendo a disponibilidade do equipamento, bem como informação do tempo estimado para execução dos serviços de manutenção corretiva em caso de substituição de peças/equipamentos;
- b) Referente a parte técnica:
 - 1. serviços preventivos executados;
 - 2. serviços corretivos executados;
 - 3. serviços em andamento;
 - 4. serviços a executar nos próximos períodos;
 - 5. serviços preventivos reprogramados;
 - 6. resumos das ordens de serviços executadas;
 - 7. estudos e levantamentos realizados;
 - 8. avaliações do estado operacional dos equipamentos e sistemas;
 - 9. relatórios de alerta, contendo as situações de risco e equipamentos indisponíveis;
 - 10. relações de materiais necessários à execução das intervenções corretivas programadas;
- c) Dados estatísticos e análise crítica dos resultados:
 - 1. relatório de indisponibilidade de equipamentos, e, em caso de não cumprimento das metas, apresentar justificativas de não atendimento e planos de ação de correção;
 - 2. relatórios de falhas de equipamentos;
 - 3. relatórios de custos dos serviços;
 - 4. relatórios de não conformidades;

10. DOS MATERIAIS

10.1 Todos os materiais aplicados no serviço deverão estar de acordo com as normas vigentes (ABNT, NBR, etc.), ser de primeira qualidade, genuínas, visando manter a originalidade das instalações, a sua aplicação será condicionada a inspeção dos mesmos pelo fiscal do contrato.

10.2 A substituição de todas as peças/componentes eletrônicos que compõe o sistema, incluindo reatores, lâmpadas, display internos e externos, botoeiras, etiquetas nos painéis (internos) para indicação de andar, interfones do sistema de emergência, confecção de chaves da cabina em caso de perda/quebra, recuperação/substituição do piso da cabina e motor de tração (se não houver conserto), sendo responsabilidade da CONTRATADA. Exceto aquelas decorrentes de negligências, uso indevido e interferência de agentes externos, tais como enchentes, infiltração de água, vandalismo, variações abruptas da alimentação elétrica, devendo a CONTRATADA fornecer a relação de todas as peças, equipamentos e componentes a serem substituídos. Todos os materiais e equipamentos utilizados para manutenção Preventiva e corretiva correrão por conta da contratada que deverá prever em sua planilha de preços tal gasto.

10.3 A CBTU irá acrescentar ao contrato além do valor a ser adjudicado, o valor de R\$ 36.000 (trinta e seis mil reais) para reserva financeira, a ser utilizado nos materiais de manutenção dos elevadores, que serão ressarcidos à empresa contratada, caso necessário.

11. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

11.1 Todos os serviços realizados bem como todos os materiais utilizados pela CONTRATADA deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses, a partir da data de execução do serviço e/ou da aplicação do material.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços dentro do melhor padrão de qualidade e técnica, colocando à disposição da CBTU, os roteiros de manutenção preventiva e corretiva que serão aplicados nas manutenções dos 4 (quatro) elevadores para o seu perfeito funcionamento, bem como o quantitativo de pessoal, e ferramental necessário para um bom desempenho das atividades.

12.2 Manter 01 (hum) mecânico no horário de segunda à sexta das 08h às 17:30 hs nas dependências do edifício sede da CBTU, para executar os serviços de manutenção preventiva/corretiva em regime de dedicação exclusiva.

12.3 A contratada deverá fornecer uniforme ao seu empregado, conforme prever a Cláusula Décima Nona da CCT/2017, bem como crachá de identificação para uso de forma bem visível zelando pela sua boa

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

apresentação, sendo vedada a presença do mesmo nos locais de serviços trajando roupas distintas do uniforme ou calçados considerados inadequados pela CBTU.

12.4 Responsabilizar-se perante a CBTU, por qualquer ato ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, quando da realização dos serviços contratados.

12.5 Comunicar por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da CBTU, quando da execução dos serviços.

12.6 Providenciar a substituição imediata de qualquer empregado seu, cuja presença seja considerada indesejável pela fiscalização da CBTU, no caso de ausência de mecânico residente, providenciar a reposição no prazo máximo de até 2 horas.

12.7 Responsabilizar-se pelo transporte, assistência médica e de pronto socorro dos seus empregados, arcando com as despesas decorrentes.

12.8 Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados, objetivando manter conduta apropriada com os companheiros, bem como com o pessoal da CBTU e demais usuários.

12.9 Responder por perdas e danos causados à CBTU e/ou terceiros, por seus prepostos e/ou empregados, mesmo involuntariamente, quando em serviços.

12.10 Observar e informar a todos os seus empregados designados para prestar serviços nas dependências da CBTU, das normas e procedimentos da mesma, observando seu cumprimento, principalmente no que se refere à segurança do trabalho, prevenção contra incêndio e disciplina de seus empregados.

12.11 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos ou faltas causadas pelos seus empregados, aos bens da CBTU, e/ou terceiros, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com indenizações e honorários advocatícios, custos judiciais, mesmo decorrentes de ações a que a CBTU ficar sujeita por eventuais prejuízos, até decisão final.

12.12 Responsabilizar-se pelos instrumentos, ferramentas e equipamentos de sua propriedade, ou de seus empregados, guardados no recinto da CBTU.

12.13 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes vitimando seus empregados quando nas dependências da CBTU, no desempenho dos serviços ou em

conexão com eles.

- 12.14 Responsabilizar-se pelo ônus e encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, bem como cumprimento da legislação que rege suas atividades, não existindo, portanto, vínculo empregatício de qualquer natureza entre seus empregados e a CBTU.
- 12.15 Comunicar-se com a fiscalização do Contrato ao chegar para atender um chamado de manutenção corretiva ou executar serviços de manutenção preventiva, quando lhe será autorizado à atuação no (s) equipamento (s) e registrada a sua presença no edifício.
- 12.16 Fornecer a CBTU o plano de manutenção dos equipamentos, que deverá conter: O roteiro de atividade de manutenção, periodicidade de manutenção e índices de desempenho do equipamento, bem como a 1ª via do formulário de atendimento ao chamado, preenchido de forma correta e legível que será utilizado no cálculo de indisponibilidade do equipamento.
- 12.17 Possuir sua sede ou base própria situada Rio de Janeiro, Engenheiro técnico responsável registrado no CREA/RJ ou em outro estado com visto do CREA/RJ, técnicos próprios do quadro da Contratada.
- 12.18 Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus empregados das Normas de Segurança do Trabalho, zelando pela boa execução dos serviços e facilitando, por todos os meios a seu alcance a ampla ação fiscalizadora exercida pela CBTU, por meio do(s) fiscal (is) deste Contrato, atendendo prontamente às observações e às exigências que lhe forem solicitadas.
- 12.19 Garantir, a cada empregado, na execução dos serviços, o conjunto necessário de condições, não só para proteger a saúde, mas para prevenir acidentes de trabalho, fornecendo todos os EPI (Equipamentos de Proteção Individual) em quantidades suficientes e de acordo com o previsto na legislação trabalhista, fiscalizando os usuários para a correta e devida utilização de tais equipamentos.
- 12.20 Fornecer aos empregados os treinamentos devidos e exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e apresentar à CBTU os Certificados antes do início da prestação de Serviço.
- 12.21 Em relação ao item 11.20, todos os treinamentos que por ventura sejam devidos e exigidos pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho durante a vigência do Contrato, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

12.22 Os serviços, objeto deste Termo de Referência, serão mensalmente conferidos por meio das informações constantes no Relatório Mensal de Manutenção a ser apresentado à Fiscalização do Contrato.

- a) Nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, cuja relação dos serviços foram concluídos de forma plena e satisfatória, serão validadas pela Fiscalização e liberados para emissão de fatura para pagamento integral.
- b) Em casos de vandalismo, mau uso, negligências e uso indevido, cuja a responsabilidade não será imputada a CONTRATADA, desde que comprovado, esta não deverá arcar com qualquer custo de recuperação, devendo a CONTRATADA fornecer a relação de todas as peças, equipamentos, materiais, componentes e serviços, com seus respectivos valores, que necessitem ser substituídos, aprovados pela fiscalização da CBTU.
Ressalto que a substituição de todas as peças, materiais e componentes, inclusive motor de tração, realizados em consequência de desgaste natural ou falta de manutenção adequada, seguirão por conta da CONTRATADA.
- c) Nos casos da manutenção corretiva, onde a substituição de peças/equipamentos ultrapasse o tempo previsto por conta de atraso na entrega, a CONTRATADA comprovando o fato, deverá comunicar a Fiscalização com antecedência e apresentar a nova previsão, ficando a Fiscalização responsável para analisar e se for o caso aceitar a justificativa. Todo o procedimento seguirá os critérios do controle da manutenção corretiva, de forma a não prejudicar o atendimento aos usuários.
- d) Todos os controles necessários às manutenções propostas neste Termo de Referência devem ser entendidos como parte do conjunto de resultados das manutenções realizadas no decorrer do contrato proposto, sendo assim, estarão incluídas nos relatórios apresentados pela CONTRATADA.
- e) Uma vez por mês, na data acertada com a FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA emitirá Relatório Mensal de Manutenção com a relação contendo os serviços de manutenção preventiva que foram programados e os serviços de manutenção corretiva com a descrição das respectivas peças/componentes eletrônicos que foram substituídos durante o mês;

11.23 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a utilização de MATERIAL DE CONSUMO E LIMPEZA destinado a viabilizar o trabalho do profissional envolvido na execução do objeto contratual, tais como álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos,

palha de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desencrustantes, produtos anti-ferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênios, nitrogênio, acetileno e outros similares (as marcas anteriormente indicadas são meros exemplos, aceitando-se produtos similares de outras marcas). Desse modo, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CBTU

13.1 Pagar à CONTRATADA a importância devida pelos serviços prestados, observando disposto nas cláusulas deste CONTRATO.

13.2 Facilitar o acesso da CONTRATADA às suas dependências para a realização dos serviços, fornecendo as informações solicitadas quando estas forem inerentes à prestação dos serviços.

13.3 Designar, por escrito, um ou mais profissionais de seus quadros, para servirem de elemento de ligação com a CONTRATADA, ao acompanhamento de todos os assuntos inerentes ao objeto deste Contrato.

13.4 Solicitar à CONTRATADA o imediato afastamento de qualquer pessoa alocada nos serviços, cujo comportamento tenha sido julgado inconveniente para com as normas da CBTU, bem como julgado inadequado ou incompetente para a prestação dos serviços a que se propuseram.

13.5 Disponibilizar para a CONTRATADA, os pontos de alimentação elétrica em 220V, necessários à alimentação dos equipamentos a serem utilizados.

13.6 Proporcionar as facilidades necessárias às boas execuções dos serviços contratados.

13.7. Manter casa de máquinas, caixa, poço e demais dependências livres e desimpedidas e não permitir o ingresso de terceiros à casa de máquinas (comandos) e fossos que deverão ser mantidas fechadas.

13.8 Dar amplo conhecimento às recomendações da CONTRATADA relativas às condições e uso correto dos elevadores.

13.9 Custear o ônus decorrente de atualizações tecnológicas ou modificações de especificações originais dos equipamentos

14. APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

14.1 A empresa participante vencedora da presente licitação deverá apresentar no ato da habilitação atestados de capacidade técnica, emitida por entidade e/ou empresa reconhecida, acompanhado (s) da(s) CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitido em nome de 01 (um) Engenheiro Mecânico ou Eletricista, responsável técnico da empresa, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA nos quais sejam comprovados que a empresa ou o seu responsável técnico já realizou serviços de assistência técnica em elevadores, do tipo das que constituem o objeto do presente Termo de Referência.

14.2 Certidão de registro da licitante no CREA a cuja jurisdição pertença, sendo no mínimo, dois dos responsáveis técnicos, engenheiro mecânico, detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução dos serviços, na GEM (Gerência de Engenharia Mecânica do Estado do Rio de Janeiro).

14.3 Comprovar que a empresa está habilitada na Gerência de Instalação Mecânica da Companhia Municipal de Energia Elétrica e Iluminação – Rio Luz.

14.4 A prestadora apresentará pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em edificações não residenciais, serviços de manutenção preventiva e corretiva em, no mínimo, 03 (três) elevadores, com no mínimo, 10 (dez) pavimentos atendidos em cada edificação, com fornecimento de mão de obra e de todo o material, peças e ferramentas necessários. Acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelo CREA, definindo para os efeitos legais os responsáveis técnicos pela execução do objeto.

15. DA VISITA TÉCNICA

15.1 A visita técnica às dependências da CBTU/RJ não é obrigatória, mas oferece condição básica para elaboração da proposta relativa a este Termo de Referência, uma vez que destina-se a dar à proponente elementos que lhe permitam conhecer as instalações, as condições de serviços, os recursos existentes, assim como possibilitar-lhe obter quaisquer outras informações sobre as condições adicionais que julgar necessárias. A proponente não poderá, em qualquer hipótese, modificar os preços apresentados ou as condições de sua proposta, sob alegação de insuficiência de dados. Agendamento da visita técnica juntamente com os representantes da GEAPO, agendando através do Telefone (21) 99741-9045 Carlos Felix - (21) 96904-5537 Luiz Waldemar Tavernaro – (21) 98913 - 4317 Fernando Peçanha.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1 O presente contrato terá duração 12 (doze) meses, **previsto ainda no instrumento contratual a faculdade de a CBTU, tão logo julgue oportuno e conveniente, rescindi-lo antes de concluir o seu prazo.**

17. DA REPACTUAÇÃO

17.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no item que se seguirá, o valor consignado no contrato a ser celebrado será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CBTU, conforme previsto no futuro contrato, com observância das regras previstas no Decreto nº 2.271/1997 e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

17.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

17.3 Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei.

17.4 Os insumos e os materiais serão reajustados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Pr} = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste;

17.5. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

17.5.1 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

17.5.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

17.6 O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 17.1 desta cláusula.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 O pagamento será efetuado através de faturas mensais, por um valor fixo mensal, referente aos serviços prestados no mês imediatamente anterior, depois de verificada e aceita pela fiscalização da CBTU. A referência para a emissão da fatura será o Relatório Mensal de Manutenção, conforme item 8.3 do Termo de Referência.

Observação 1: Em caso de manutenção corretiva em consequência caso fortuito e de força maior ou qualquer agente externo não resultante das manutenções preventivas e corretivas a CONTRATADA deverá emitir um relatório com todos os dados dos serviços, para aprovação da CBTU. A CBTU deverá confirmar os preços apresentados com base nos preços de mercado para que possam ser autorizados os serviços. Para esse caso, o valor total a receber pelos serviços prestados no mês de referência será cobrado somente pela manutenção corretiva, caso seja aprovado a substituição de materiais/equipamentos.

Observação 2: Nos casos de vandalismo, mau uso, negligências e uso indevido, a CONTRATADA deverá emitir um relatório com todos os dados dos serviços, para aprovação da CBTU. A CBTU deverá confirmar os preços apresentados com base nos preços de mercado para que possa ser autorizado os serviços. Para esse caso, o valor total a receber pelos serviços prestados no mês de referência será cobrado somente pela manutenção corretiva, caso seja aprovado a substituição de materiais/equipamentos.

18.2 As notas fiscais/ faturas relativas à prestação dos serviços deverão ser entregues pela CONTRATADA, no protocolo da CBTU até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês da prestação dos serviços, e pagas até 30 (trinta) dias após a data do recebimento.

18.3 As Notas Fiscais/faturas deverão vir acompanhadas da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como da GPS e GRF referente ao mês imediatamente anterior ao mês da realização dos serviços,

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

devidamente pagos, bem como da Certidão de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, CEIS e CADIN atualizadas.

18.4 Emitir declaração constando que as informações na SEFIP estão de acordo com as normas de preenchimento e que toda remuneração creditada aos empregados foram computadas e os encargos devidos ao INSS e FGTS calculados e as Guias do INSS (GPS) e FGTS (GRF) geradas de acordo com a legislação vigente.

18.5 Nos preços dos serviços propostos já deverão estar incluídos todos os Tributos, encargos, inclusive pagamento de insalubridade e/ou periculosidade, além de ônus da legislação trabalhista e taxas de bonificação e despesas indiretas.

18.6 No caso da CONTRATADA deixar de apresentar alguma das guias exigidas ou haver qualquer incorreção na fatura, o prazo de contagem de tempo para o pagamento será suspenso, passando a contar um novo prazo quando da regularização da pendência.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 A CBTU, por seu próprio pessoal ou por terceiros devidamente credenciados, terá amplos poderes para fiscalizar as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disposições contratuais.

19.2 A Fiscalização do contrato será executada por meio de designação de Gestor e Fiscal do Contrato, a ser designada mediante Ato Administrativo, com poderes para gerir o contrato.

19.3 A fiscalização agirá em nome da CBTU, com plenos poderes para fiscalizar, supervisionar, controlar a qualidade dos serviços prestados, aspectos de limpeza e conservação pela CONTRATADA, fazendo cumprir todas as cláusulas avençadas em Contrato.

19.4 A fim de assegurar a consecução do preconizado no item anterior, a Fiscalização poderá, a seu critério e a qualquer momento, orientar os empregados da CONTRATADA, por meio de seu (s) preposto (s), no sentido de corrigir possíveis falhas na condução das tarefas, tornando-as, dessa forma, mais proficientes.

19.5 Promover, no início do Contrato, reunião entre a Fiscalização e o representante da empresa CONTRATADA, dando conhecimento aos integrantes das responsabilidades sobre o Contrato. Deverá ser feita uma Ata de Reunião e a mesma deverá ser inserida no controle da gestão do Contrato.

19.6 Promover apresentação das atividades, sistemas, subsistemas e equipamentos aos profissionais da CONTRATADA, em seu local de trabalho, visando:

- a) inspeções e verificações;
- b) diagnóstico sobre defeitos;
- c) execução de manutenção preventiva, corretiva e preditiva;
- d) execução de manutenção corretiva;
- e) operação do Sistema de Controle de Manutenção;

19.7 Fazendo-se necessárias modificações nos processos de trabalho, em função de mudanças na conjuntura operacional, ou simplesmente com o fim de aperfeiçoar o padrão de qualidade dos serviços como um todo, a Fiscalização poderá, a seu critério e a bem da agilidade, discutir o assunto verbalmente com a CONTRATADA, a qual poderá expor amplamente sua argumentação em relação ao assunto, cabendo, todavia, à Fiscalização a decisão final, que ficará registrada em ata de reunião.

19.8 A Fiscalização poderá propor à autoridade competente, fundamentada em fatos, a suspensão da prestação dos serviços, total ou parcialmente, em definitivo ou temporariamente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em Cláusulas Contratuais.

19.9 A Fiscalização poderá solicitar o afastamento de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar sua ação fiscalizadora ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição do mesmo de imediato, às suas exclusivas expensas.

19.10 Os relatórios de avaliação serão encaminhados à CONTRATADA e deverão conter o ciente expresso de representante da mesma, por meio de assinatura, data e identificação do responsável, sendo devolvidos à CBTU, que restituirá uma via para arquivo da CONTRATADA.

19.11 A Fiscalização manterá contínua avaliação sobre os serviços, com o objetivo de averiguar o cumprimento das obrigações contratuais. As deficiências e/ou irregularidades eventualmente constatadas serão comunicadas da seguinte forma:

- a) VERBAIS: nos casos rotineiros ou de urgência, com posterior registro em Diário de Ocorrência;
- b) POR ESCRITO: nas situações mais complexas, estipulando-se, quando pertinente, prazo para a correção da irregularidade. As

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

comunicações formais serão registradas no Diário de Ocorrências ou por meio de Carta Formal (CF);

NOTA: A omissão total ou parcial da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA de sua plena responsabilidade pela execução, supervisão e controle dos serviços, nas condições previstas neste Termo de Referência.

19.12 A Fiscalização poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à CONTRATADA a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados.

19.13 Os relatórios de avaliação serão encaminhados à CONTRATADA e deverão conter o ciente expresso de representante da mesma, devendo ser assinado pelo representante legal credenciado e devolvidos à CBTU, que lhe restituirá uma via para arquivo.

19.14 Os relatórios de avaliação deverão ser arquivados com as assinaturas dos membros da Gestão e Fiscalização do Contrato e do Representante da CONTRATADA.

19.15 Os serviços não aceitos pela Fiscalização deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CBTU, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço.

19.16 Sem a prévia autorização escrita da Fiscalização, a CONTRATADA não deverá alterar programações e cronogramas já aprovados.

19.17 Qualquer determinação da Fiscalização deverá ser prontamente obedecida pela CONTRATADA, quer quanto a sua natureza, quer quanto o desenvolvimento dos trabalhos, desde que seja compatível com os termos do Contrato.

NOTA: Os retrabalhos deverão ensejar emissões de Ordens de Serviço específicas, de modo a não permitir informações duplicadas na execução dos serviços correspondentes.

19.18 A Fiscalização fará inspeções periódicas nos serviços e qualquer reclamação ou advertência a ser feita à CONTRATADA, preferencialmente, deverá a ela ser transmitida por escrito.

20. DAS NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

20.1 Fornecer todos os EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual) e EPC's (Equipamentos de Proteção Coletivo) necessários ao desempenho das funções objeto deste contrato, submetendo-se a todas as determinações

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

da Área de Segurança do Trabalho da CBTU.

20.2 A CONTRATADA deverá manter o seu pessoal engajado na execução dos serviços, com adequado uniforme e equipamento de proteção individual e coletiva de segurança, conforme normas de segurança e medicina do trabalho do Ministério do Trabalho.

20.3 A CONTRATADA deverá apresentar-se à área da Gerência Técnica de Apoio e Serviços - GEAPO formalmente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do início dos serviços, a fim de conhecer e receber orientações pertinentes àquela área.

20.4 A CONTRATADA deverá fazer inspeção periódica nos equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como da sua utilização, retirando de circulação aqueles que estiverem sem condições seguras de uso.

20.5 Especificação dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI que o empregado da CONTRATADA deverá utilizar, composto dos seguintes equipamentos e periodicidade de troca, para cada funcionário:

DESCRIÇÃO	CONSUMO ANUAL	PERIODICIDADE DE TROCA
CAPACETE DE SEGURANÇA	01	12 MESES
BOTA DE SEGURANÇA	01	12 MESES
MASCARA CONTRA PÓ	12	01 MES
OCULOS DE SEGURANÇA	01	12 MESES
PROTETOR AURICULAR	06	02 MESES
LUVA DE BORRACHA	06	02 MESES

Observação: Os equipamentos acima serão obrigatórios para as atividades específicas ao seu uso e a CONTRATADA deve obedecer a sua periodicidade. A não inclusão de qualquer outro EPI na relação acima não exclui a responsabilidade da CONTRATADA em fornecer o equipamento sem ônus para CBTU.

21. DAS PENALIDADES

21.1 Excluídos os casos fortuitos, de vandalismos ou de força maior, a CBTU poderá aplicar multa, no valor da fatura mensal conforme descrito nos itens a seguir.

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

21.2 Serão aplicadas à CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa as penalidades conforme a seguir: Multa por Descumprimento de Prazos e Obrigações.

21.3 A CBTU a partir do 10º (décimo) dia de atraso poderá advertir a CONTRATADA, caso não haja justificativa plausível referente ao atraso na liberação do elevador que estiver inoperante aguardando peça/componente.

21.4 Na hipótese da CONTRATADA não concluir o serviço contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, por omissão, descaso ou por motivos não condizentes com o previsto nas Cláusulas Contratuais, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura do mês de referência.

21.5 Em caso de recusa da CONTRATADA na conclusão do serviço contratado, aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura do mês de referência;

21.6 Nos casos de descumprimento do prazo para atendimento de chamadas emergenciais com tempo de atendimento superior a 1h30, será aplicada a penalidade de multa no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da fatura mensal.

21.7 A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em Lei.

21.8 Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão. Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor.

21.9 As multas descritas serão cobradas conforme previsto no contrato, com observância das regras previstas na Lei nº 13.303/2016.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A CONTRATADA terá total responsabilidade sobre seus resultados, devendo agir de forma proativa para garantir a produtividade e confiabilidade desejadas e, consequentemente, a qualidade dos serviços prestados, sem ônus adicionais para a CBTU.

22.2 No decorrer do Contrato, não serão levadas em consideração comunicações verbais, ressalvadas as recomendações de reduzida complexidade técnica, orientações técnicas objetivas realizadas durante a

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

execução de determinada atividade de manutenção ou aquelas de urgência ou emergência feitas pela FISCALIZAÇÃO.

22.3 Ressalvado o disposto no item anterior todas as comunicações que envolvem a execução deste Contrato, serão consideradas como suficientes se feitas por escrito e entregues no protocolo da CBTU ou qualquer outro meio que comprove o recebimento.

22.4 Não serão admitidas modificações que alterem a essência da contratação dos serviços de manutenção e assistência técnica (planejamento, gerenciamento e execução), bem como a apresentação de justificativas de implementação de novas tecnologias que não sejam devidamente explicitadas e econômica e tecnicamente comprovadas.

22.5 A aceitação da proposta apresentada na licitação não exime a CONTRATADA das responsabilidades sobre seus resultados, desta forma caso a proposta não surta os efeitos esperados quando da execução do Contrato, a CONTRATADA deverá agir imediatamente para a produtividade e a confiabilidade desejadas e consequentemente a qualidade dos serviços, sem ônus adicionais para CBTU.

22.6 O Contrato a ser firmado não enseja relação empregatícia entre a CBTU e o pessoal designado pela CONTRATADA para a prestação dos serviços objeto do Contrato.

22.7 É vedada a contratação de cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de empregados da CBTU durante a vigência deste contrato.

23. GARANTIA CONTRATUAL EXECUÇÃO

23.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CBTU, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados a administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração a

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

CONTRATADA e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA;

d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não cumpridas pela CONTRATADA;

23.3. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item 23.2 desta cláusula.

23.4. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de fiança bancária ou seguro garantia, estes deverão ter validade de no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do contrato.

23.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro garantia, fica a CONTRATADA obrigada a comprovar o pagamento integral do prêmio tão logo seja pago, o pagamento da fatura fica condicionada inicialmente a apresentação da apólice.

23.6. A garantia de execução fornecida em dinheiro deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal -CEF, em conta específica com correção monetária a ser indicada conforme orientação do Gestor do Contrato, em favor da CBTU.

23.7. A CBTU oferecerá o modelo de Carta de Fiança com explícita renúncia do Feador ao benefício de ordem expressa nos artigos 827, 828, combinados com os artigos 835 a 839 do Código Civil Brasileiro.

23.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

23.9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, conforme dispõem o art. 240, do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CBTU, disponível para consulta dos interessados no sítio eletrônico da CBTU na internet.

23.10. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital e das cláusulas contratuais.

23.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CBTU com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

23.12. Será considerada extinta a Garantia:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante emissão do Termo de Encerramento circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) No término da vigência deste contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros;

23.13. Isenção de Responsabilidade da Garantia;

23.14. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração;

23.15. Caberá a própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nas alíneas "c" e "d" do item 23.14 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.

23.16. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 23.14 desta cláusula.

23.17. Em caso de prorrogação do prazo do contrato a garantia prestada deverá ser prorrogada por igual período.

23.18. Em caso de alteração do contrato que acarrete aumento ou redução do seu valor, a garantia prestada deverá ser alterada na mesma proporção.

24. CONTA VINCULADA

24.1 A CBTU depositará, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores envolvidos na execução do contrato, em consonância com o disposto no art. 19-A, c/c as regras constantes do anexo VII, ambos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

a) Parcial e anualmente – 13º salário;

b) Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória

porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

d) Ao final da vigência do contrato para pagamentos das verbas rescisórias;

24.2 As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas serão destacadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, junto à instituição bancária, bloqueada para movimentação.

24.3 A movimentação da conta vinculada se dará mediante autorização expressa pela CBTU, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

24.4 A CONTRATADA poderá solicitar à autorização da CBTU para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

24.5 Para liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CBTU os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

24.6 A CBTU expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

24.7 A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

24.8 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

25. CONFIDENCIALIDADE

25.1. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CONTRATANTE, ou de qualquer

informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento em virtude da presente contratação.

26. EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

26.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior.

26.2. A parte cuja prestação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

26.3. Cessado o impedimento, retoma-se a execução do contrato, prorrogado o respectivo prazo de tantos dias quantos tiverem sido os de sua paralisação, ressalvada à CONTRATANTE, se essa paralisação tiver sido superior a 10 (dez) dias, a faculdade de rescindi-lo nos termos deste instrumento.

27. INDICAÇÃO DOS GESTORES

27.1 Cada uma das partes nomeará um gestor e um fiscal, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, tratando das pendências e levando-as às autoridades competentes, para dirimi-las caso se faça necessário.

28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1 O não cumprimento das obrigações contratuais incidirá as sanções administrativas previsto na Lei nº 13.303/2016.

29. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

29.1. O critério de julgamento será o de menor preço global desde que atendidas às exigências do Edital.

30. AMPLA CONCORRÊNCIA:

30.1 A presente licitação será de AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo, porém, garantidas as prerrogativas de preferência das ME's, EPP's e MEI's previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e suas redações posteriores.

30.2. Não poderá haver a formação de consórcio, bem como a subcontratação para execução do objeto constante neste Termo de Referência.

30. VALOR GLOBAL ESTIMADO:

30.1 Considerados todos os aspectos pertinentes à composição do preço dos serviços em evidência e os valores de mercado, conforme propostas

GEAPO – Gerência Técnica de Apoio Administrativo

de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definido e caracterizado como **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, considerando os valores de mercado, conforme propostas encaminhadas, neste sentido o valor global do objeto deste Termo de Referência é de R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2024.



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO FELIX DA SILVA
Data: 23/09/2024 14:22:47-0300
Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

CARLOS ALBERTO FELIX DA SILVA
Assistente Executivo I – GEAPO

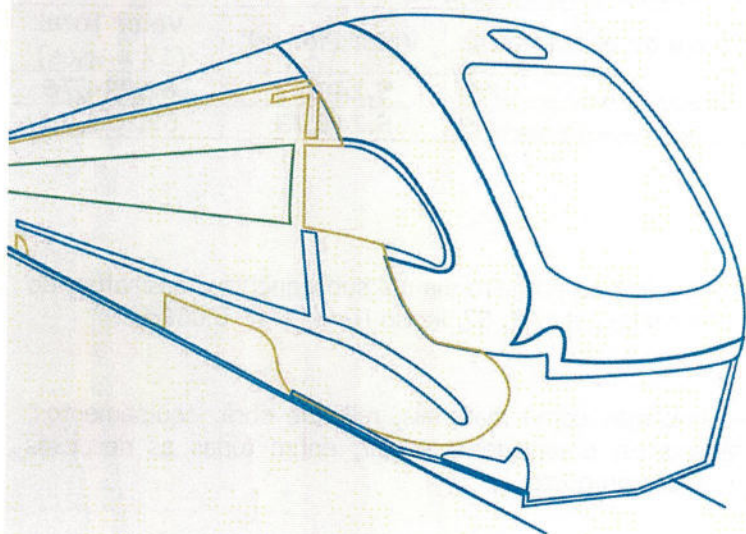
Ratifico, integralmente, os termos constantes no presente Termo de Referência.

**EDUARDO
HENRIQUE
DE CASTRO**

Assinado digitalmente por EDUARDO
HENRIQUE DE CASTRO
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=16894762000190, OU=proseccional,
CN=EDUARDO HENRIQUE DE
CASTRO
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: CBTU-AC
Data: 2024.09.06 16:32:16-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.0.1

EDUARDO HENRIQUE DE CASTRO
Gerente Técnico de Apoio Administrativo
GEAPO/DA

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS- CBTU

Proposta Comercial

A/C: Carlos Alberto Felix da Silva

Prezada Senhora,

Apresentamos à Vossa Senhoria nossa proposta para contratação de serviços de **MANUTENÇÃO** técnica, preventiva, corretiva e emergencial, incluindo o fornecimento e substituição de partes das peças, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO

Serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevadores	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
Item 1 – 04 (quatro) elevadoresR\$	5.248,73	62.984,76
Valor TotalR\$	5.248,73	62.984,76

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

Prazo dos serviços: 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Declaro que a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguir, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento estão incluídas no preço proposto.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 05.376.891/0001-07
Endereço: Rua Pedro Paiva, 18.
Bairro: São Cristóvão
Cidade: Rio de Janeiro
UF: RJ
CEP: 20910-160
Fone Comercial: (21) 3860-8877 / (21) 3895-3440
Fax: (21) 3860-8877 / (21) 3895-3440
Celular: (21) 99802-9837
Endereço Eletrônico: filipe.quintanilha@villarelevedores.com.br
Responsável para contato: Filipe Quintanilha
Banco: ITAÚ
Agência: 0496
C/C: 18805-3
Inscrição estadual: 77 482- 431
Inscrição Municipal: 328-8757

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: Marco Antônio Pereira
RG: [REDACTED]
Órgão Expedidor: CREA
CPF: [REDACTED]
Naturalidade: Espírito Santo
Nacionalidade: Brasileiro
Cargo/Função: Diretor Administrativo
Endereço Comercial: Rua Pedro Paiva, 18.
Bairro: São Cristóvão
Cidade: Rio de Janeiro
UF: RJ
CEP: 20910-160
Fone Comercial: (21) 3860-8877 / (21) 3895-3440
Fax: (21) 3860-8877 / (21) 3895-3440
Endereço Eletrônico: marco.pereira@villarelevedores.com.br

Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCO ANTONIO PEREIRA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA.
Depto.: Comercial

